

ARTIGO

Infraestrutura e meio ambiente

O Brasil recebe em novembro o maior evento sobre mudanças climáticas do mundo. A chamada Conferência das Partes (COP) foi criada pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC) e aberta para assinatura na Rio92, realizada no Rio de Janeiro. Atualmente, 198 países participam da convenção, o que a torna um dos maiores órgãos multilaterais do sistema das Nações Unidas (ONU).

Por força do destino ou não, os olhares se voltam novamente para o Brasil. No coração da Amazônia, representantes de todo o mundo vão discutir metas e compromissos dos países para combater o aquecimento global e preservar o meio ambiente. Não poderia ter palco mais significativo para esse debate.

O Brasil é considerado hoje o país com maior biodiversidade do mundo. Isso significa que temos muito trabalho a fazer e os desafios são grandes. E por falar em desafios, o setor de infraestrutura se junta nessa missão para contribuir com a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa e no planejamento de ações para mitigar riscos e adaptar as infraestruturas ao novo contexto global do clima.

O setor de Transporte chega à COP 30 com diversas propostas para reduzir suas emissões em 70% até 2050. Um estudo da Coalizão para Descarbonização, iniciativa formada por mais de 50 entidades setoriais, empresas e instituições acadêmicas, apresenta 90 ações concretas para alcançar esse objetivo.

E não é só isso. Em tempos de eventos climáticos extremos e cada vez mais frequentes, precisamos falar de resiliência, que perpassa a agenda ambiental e avança na pauta do desenvolvimento. Construir uma infraestrutura adaptada a essa realidade demanda planejamento financeiro, governança operacional e segurança regulatória. Só assim poderemos conciliar crescimento econômico e sustentabilidade.

Adaptação inclui prevenção e gestão de desastres, planejamento, avaliação e compartilhamento de riscos, aperfeiçoamento de mecanismos contratuais, desenvolvimento de pesquisas e investimento em inovação e tecnologia. Todos esses fatores juntos podem transformar o modo como o Brasil constrói sua infraestrutura.

Mapear riscos é o cerne da questão. Em contratos de longo prazo e recursos vultosos, como é o caso das concessões de infraestrutura, isso fica ainda mais evidente. Quanto melhor e mais detalhadas forem a identificação e a mensuração do risco, melhor será a capacidade de gestão. Esse mapeamento deve ser um trabalho multidisciplinar, com dados técnicos que reduzam os impactos sobre os ativos.

Por isso é necessária a revisão das matrizes de riscos nos contratos de concessão, com a inclusão de novos riscos associados às mudanças climáticas e aos cenários atuais e futuros de eventos extremos. Essa revisão permite que os limites e compartilhamento dos riscos estejam bem definidos, trazendo mais segurança jurídica aos contratos.

No caso de eventos extremos, podem ser utilizados protocolos contratuais e produtos de seguro que reduzem atrasos, incertezas e litígios, como por exemplo protocolos padronizados de reequilíbrio cautelar e cláusulas de Build Back Better (cobertura de seguro adicional para a reconstrução com melhorias).

Não podemos falar de adaptação sem falar de financiamento. Hoje, alguns mecanismos já contribuem com a receita da resiliência. O EcoInvest, linha de *blended finance* do Tesouro Nacional, vai destinar R\$ 45 bilhões para adaptação e mitigação. O Fundo Clima (FNMC), do BNDES, já captou cerca de R\$ 12 bilhões em projetos verdes. Outro instrumento importante são as debêntures incentivadas, que contemplam contrapartidas de sustentabilidade para manutenção de benefícios fiscais.

Ferramentas regulatórias também garantem mais investimentos. A recém-aprovada Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB), por exemplo, traz critérios claros para enquadrar projetos resilientes e facilitar o acesso a financiamentos. O Programa de Sustentabilidade da ANTT e a Portaria 622/2024 do Ministério dos Transportes já preveem a alocação mínima de parte da receita bruta para ações de resiliência em novos contratos.

Receber a COP30 no Brasil é a oportunidade de mostrar ao mundo nosso protagonismo no debate climático. Podemos ser referência global em desenvolvimento resiliente, com crescimento econômico sustentável. O setor de infraestrutura acredita nessa ideia e trabalha incansavelmente para transformar o futuro das próximas gerações.

Ronei Glanzmann
CEO do MoveInfra

Ronei Glanzmann assumiu a gestão do MoveInfra em janeiro de 2025. Já foi diretor comercial, regulatório e institucional do Grupo Aeropart, secretário Nacional de Aviação Civil do Ministério da Infraestrutura de 2019 a 2022, diretor de Outorgas, Patrimônio e Políticas Regulatórias da mesma pasta entre 2011 e 2019 e membro da Comissão de Especialistas responsável pela revisão do Código Brasileiro de Aeronáutica no Senado Federal.

Atuou também como gerente de Análise Estatística e Acompanhamento de Mercado da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) de 2006 a 2011 e como vice-presidente do Conselho de Administração da Inframerica (concessionária do Aeroporto de Brasília) de 2012 a 2016. Foi ainda presidente do Conselho de Administração da Infraero de 2019 a 2022, e membro dos conselhos de administração dos aeroportos de Guarulhos (2019 a 2020) e de Viracopos (2020 a 2023).

É bacharel em Economia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), possui MBA em Administração Financeira e Mercado de Capitais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pós-graduação em Análise Macroeconômica pela Universidad Pablo de Olavide, em Sevilha, na Espanha.